

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

**O HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A busca de um lugar num espaço ainda feminino**

Guilherme Rodrigues dos Santos

GOVERNADOR VALADARES

2016

Guilherme Rodrigues dos Santos

**O HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A busca de um lugar num espaço ainda feminino**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Nádia Laguárdia de Lima

Governador Valadares
2016

Guilherme Rodrigues dos Santos

O homem na Educação Infantil: a busca de um lugar num espaço ainda feminino

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Minas Gerais.

Governador Valadares, 2016.

Orientadora: Nádia Laguárdia de Lima

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores homens que atuam na Educação Infantil bem como as professoras mulheres que também se dedicam ao tão belo ato de educar. Aqui, por motivos de escrita tenho que separá-los, tenho um sujeito de pesquisa, mas vocês são um só, tem o mesmo intuito: mediar o desenvolvimento de sujeitos cidadãos, pequenos grandes cidadãos.

Educar crianças pequenas é nos tornar sempre pequenos nua ação tão grande. Educar crianças é ver virtudes no mundo e se alegrar no desenvolvimento esplendido que percebemos durante os anos. Ser mediador de conhecimento aos pequenos e pequenas é pensar no futuro trabalhando o hoje. Não teremos futuros cidadãos, eles são cidadãos hoje. São sujeitos históricos, culturais, sociais, e políticos, que criticam e percebem o mundo. Para eles e elas não há diferença, quando perguntam é porque querem saber sem nenhum preconceito, partem do sentimento melhor para com o outro. Temos que aprender muito com as crianças, portanto dedico esse trabalho também a elas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar forças para conseguir chegar à conclusão de mais esse trabalho. Ele tem a primazia em tudo!

A minha esposa Rafaelle Gusmão Pinheiro por acreditar no meu potencial e me ajudar nos momentos de crises em que eu achava que não ia conseguir.

Aos meus pais e familiares pelo carinho, amor e sabedoria.

Ao tutor Alberto Mesaque pelas instruções e encorajamento.

À professora e orientadora Nádia Laguárdia que fez possível a discussão que objetivei nesse trabalho a partir de suas orientações.

Aos meus colegas de trabalho que sempre fizeram presente a discussão de gênero e me estimularam a debater esse tema.

Enfim, a todos que diretamente ou indiretamente me auxiliaram com palavras e brados de expectativas.

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo discutir a atuação do homem na Educação Infantil, refletindo sobre as barreiras e as possibilidades existentes neste ofício. Utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica, apresentando uma reflexão sobre diferentes aspectos que envolvem essa temática.

Inicialmente, aborda a história da educação infantil perpassando pela atuação dos sujeitos docentes nessa modalidade. Demonstra que inicialmente a docência escolar era essencialmente masculina. Discorre sobre o processo histórico que tornou a educação feminizada, questionando os motivos que levaram o homem a se afastar do papel de professor nessa etapa importantíssima da educação infantil.

A partir de dados estatísticos, apresenta o número de homens na docência de crianças pequenas, tendo como foco a Cidade de Governador Valadares/MG. Trabalha o binômio cuidar-educar, destacando o ato de cuidar como um dos marcos responsável pelo preconceito existente em torno do trabalho masculino. Finalmente, propõe repensar e desconstruir a base preconceituosa e discriminatória que se instala na sociedade atual acerca desse trabalho ainda minimamente exercido por homens.

Palavras Chave: Educação Infantil, Homens, docência.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the role of men in early childhood education, reflecting on barriers and possibilities in this craft. Use as methodology the literature, presenting a reflection on different aspects of this issue.

Initially, it covers the history of early childhood education permeating the performance of subject teachers this modality. It shows that initially the school teaching was essentially male. Discusses the historical process which made feminised education, questioning the reasons that led the man to move away from teacher role in this important stage of early childhood education.

From statistical data shows the number of men in the teaching of young children, focusing on the Governador Valadares city / MG. Works binomial care-educate, highlighting the act of care as one of the milestones responsible for the existing prejudice about male job. Finally, we propose to rethink and deconstruct prejudiced and discriminatory basis that settles in our society about this job even minimally exercised by men.

Keywords : Early Childhood Education , Men, teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ENTRE O FEMININO E O MASCULINO: EDUCAÇÃO INFANTIL – UM LUGAR PARA HOMENS?	10
3 SEMPRE FEMININO? A FEMINIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	15
4 O CUIDAR: AQUI ESTÁ O LIMITE?	20
5 DOCENTE MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE GOVERNADOR VALADARES: DADOS E REFLEXÕES	25
6 CONCLUSÕES	29
REFERÊNCIAS.....	31

1- INTRODUÇÃO

As discussões sobre a presença masculina na educação têm sido cada vez mais frequentes no campo das temáticas de gênero. De acordo com Cardoso (2004), atualmente, debates sobre a crise da masculinidade, mudanças no comportamento masculino, transformações em seus papéis sociais e surgimento de um novo homem, têm gradativamente ganhado espaços e contornos nos discursos produzidos pela academia, pela literatura, pela mídia e em outros espaços sociais.

Quando se abre um espaço para discutir ou problematizar algum fenômeno novo em determinado âmbito da sociedade, deparamo-nos com preconceitos e até mesmo com violências simbólicas, que nos fazem refletir sobre a configuração que ainda se instala na sociedade em geral.

Percebemos que a sociedade se organiza de maneira segregada, onde são definidos de forma rígida os papéis do homem e da mulher no grupo social. Definem-se os lugares que os homens devem ocupar, assim como as funções que eles devem desempenhar e as aptidões que devem ter. Igualmente, as mulheres não ficam de fora do processo classificatório.

Nessa perspectiva, trazemos para o debate uma reflexão crítica sobre a atuação do homem na educação de crianças pequenas, em especial, sobre a docência exercida por homens na educação infantil.

Com o objetivo de refletir sobre a atuação do homem nessa modalidade de ensino, propomos apresentar inicialmente como se configuram as pesquisas a respeito desse assunto, revelando o cenário atual no que se refere às estatísticas sobre a presença de homens na docência infantil. Em seguida, será feita uma reflexão a partir destas pesquisas bibliográficas e documentais.

Trazemos para o debate o processo de feminização da educação que muito contribuiu para que os homens fossem tidos como estranhos no ambiente escolar. Demarcamos que esse processo se deu a partir de uma relação de poder, cuja matriz estava estabelecida sobre um aparato masculino.

Tratamos do cuidar e do educar como o binômio de trabalho na educação Infantil. Vê-se que uma das dificuldades para que um homem atue como

professor na Educação Infantil é a prática do cuidar, pois ela envolve o banho, a alimentação, a afetividade, a higienização da criança, algo que para a sociedade é do campo feminino ou maternal, ou seja, considera-se que os homens não possuem aptidão para tal função.

Apresentamos o contexto educacional da cidade de Governador Valadares, refletindo sobre a presença masculina nesse cenário. Trazemos de forma quantitativa os números que demonstram a atuação masculina na modalidade que temos como foco. A partir da contribuição de diversos autores, propomos uma reflexão crítica sobre o tema. O cenário de Governador Valadares nos fará refletir sobre a realidade apresentada no país, propiciando uma visão crítica dentro da temática de relações de gênero.

O objetivo desta produção acadêmica é contribuir para a valorização e a inclusão do trabalho do homem num campo predominantemente feminino, quebrando paradigmas e estimulando novas discussões a respeito do tema.

2 - ENTRE O FEMININO E O MASCULINO: EDUCAÇÃO INFANTIL - UM LUGAR PARA HOMENS?

De acordo com Piazzetta (2015), a educação infantil surge com um cunho assistencialista e o seu principal objetivo era garantir que as mulheres estivessem disponíveis para o mercado de trabalho. Desta forma, a instituição deveria propiciar, aos filhos das trabalhadoras, cuidados semelhantes aos maternos, para que fosse suprida a falta das mesmas. A creche surge como um subsídio para que elas pudessem trabalhar e contribuir para desenvolver o país. Num período marcado pela industrialização, a mão de obra trabalhista se fazia necessária para que o país se desenvolvesse. Assim, a mulher se aparta do ambiente domiciliar e vai trabalhar nas grandes maquinarias que surgem na revolução industrial. Pascoal e Machado (2009) destacam que:

com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril, e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocando toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução

industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos (PASCOAL E MACHADO, 2009, p79).

Vemos então que há uma quebra de paradigma no que se refere à estrutura do lar com a saída da mulher de casa. O seu lugar no lar havia se consolidado na organização social até então. Agora, a mulher assume um papel de trabalhadora na maquinaria industrial.

No Brasil, as primeiras tentativas de organização e abertura de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, além das viúvas desamparadas. A pobreza e a necessidade de mão de obra trabalhista tornaram necessária ainda a criação de espaços de acolhimento às crianças que estavam sozinhas nas ruas ou que trabalhavam com seus pais numa situação deplorável. (Pascoal e Machado, 2009).

Portanto, a educação infantil surge para suprir as necessidades de cuidar, de tirar as crianças da rua, de promover a higienização e, por fim, de ajudar pais que não tinham onde deixar seus filhos enquanto estavam no trabalho e que assumiam uma carga horária pesada, sem uma organização sistemática.

A organização da educação infantil muda a partir da Constituição de 1988 que sanciona a educação para todos, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) e de novas discussões que emergem de estudos realizados atualmente. Essas novas legislações fizeram com que a criança fosse vista como sujeito de direito, promovendo assim o seu protagonismo (Craid, 2001, p.23). Uma das novas propostas para a educação infantil atualmente está pautada no cuidar e educar, que devem ser vistos como indissociáveis: educa-se cuidando e cuida-se educando.

Na gênese dessa perspectiva está o cuidar, tido como a principal prática dirigida às crianças pequenas. Hoje o cuidar e educar não devem se dissociar, e se tornaram uma proposta pedagógica. Nesse sentido:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação,

respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p. 23).

A educação infantil é o espaço do educar e do cuidar, ou seja, o lugar da formação infantil institucionalizada. A escola é o lugar das relações sociais das crianças, hoje um direito conquistado.

Apresentamos inicialmente a conceituação da educação infantil para demarcar que este espaço foi criado para as mulheres em virtude do trabalho, salientando que as primeiras cuidadoras de crianças foram elas (Pascoal e Machado, 2009). Apesar dessa modalidade de educação ser marcada pela presença feminina, veremos que o processo educativo formal se iniciou de forma masculinizada.

A partir do século XX, a configuração do espaço público ou privado foi sendo superado ou saiu de um anonimato, assegurando significativas conquistas sociais e políticas como: direito ao voto, quebra de tabus, direito a ter propriedade e outros (Ramos e Xavier, 2010). Com essa abertura, não somente tivemos mudanças no âmbito feminino, mas também no masculino. Todavia, segundo Ramos e Xavier (2010):

Não se pode afirmar que a clássica divisão de papéis sociais entre homens e mulheres já se encontra totalmente separada. Embora as críticas produzidas pelos estudos feministas sobre o lugar natural da mulher e do homem tenham alterado as representações sobre o feminino e o masculino, a crença numa dicotomia natural entre os sexos ainda permanece legitimando a presença de homens em determinadas ocupações e espaços sociais (RAMOS E XAVIER, 2010, p.01).

A educação infantil é o espaço das interações, do brincar e do aprender. A aceitação e o respeito pelos docentes masculinos nessa modalidade de ensino ainda se constroem. Entretanto, para muitos, essa perspectiva está enrijecida, ou seja, eles não veem essa atuação profissional como apropriada para homens: “O professor homem torna-se um corpo estranho quando chega à Educação infantil, pois a chegada de um homem num espaço dominado por mulheres e supostamente feminino produz uma sensação de deslocamento, desconfiança e incômodo” (Sayão, 2005, p.66). O ofício da educação de crianças pequenas ainda está atrelado à maternidade, algo que se coloca como uma barreira à docência masculina. Araújo e Hammes (2012) apontam que:

Pode-se observar que a maior dificuldade é social, pois esse preconceito traz consigo as marcas culturais da maternagem. O preconceito ainda é grande em relação aos homens que se dedicam ao trabalho com crianças pequenas. Além de enfrentarem o fato de que cuidar de crianças seja uma função específica da mulher, na maioria das vezes, ainda tem colocado sob suspeita a sua orientação sexual ou sofrem com represálias por parte de alguns pais, receosos de que seus filhos, em especial as meninas, sofram algum tipo de abuso (ARAÚJO E HAMMES, 2012, p.8).

O cuidar que envolve atividades de higiene, como o banho. Conforme Sayão (2005) apud Pizzaetta (2015, p.06), o cuidado pode apresentar duas perspectivas opostas: o “sagrado” – atrelado a valores universais de sobrevivência da espécie – e o “profano” – vinculado ao corpo e ao afeto. De acordo com a autora, a segunda perspectiva caracteriza o preconceito e o medo, ocasionando barreiras para que o homem execute determinada tarefa, pois ele é considerado como ameaçador.

A legislação vigente não determina um gênero para atuar na educação, mas exige a formação acadêmica para todos:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996).

Portanto, a única exigência para que um homem possa atuar na educação infantil é a sua formação, além do seu desejo de exercer o papel. Mas a questão não é tão fácil como se coloca, o trabalho docente exercido por homens perpassa por muitos preconceitos, como vimos. Assim, a quantidade de homens exercendo esse ofício é muito pequena em relação às mulheres.

De acordo com o senso escolar de (2007), 97,9% dos profissionais que atuam como professores na educação infantil são mulheres e 2,1% são homens, essa informação demonstra o trabalho em creches; O sendo nos dá a informação que na pré-escola¹, que também faz parte da modalidade educação infantil: 96,1% são mulheres e 03,9 são homens. Podemos constatar que os homens estão acessando a essa modalidade de trabalho, mas ainda morosamente.

¹ Pré-escola 04 e 05 anos. De acordo com a legislação vigente a educação infantil é organizada na primeira infância (0 a 03 anos) que são as creches e a pré-escola como a segunda infância (04 e 05 anos).

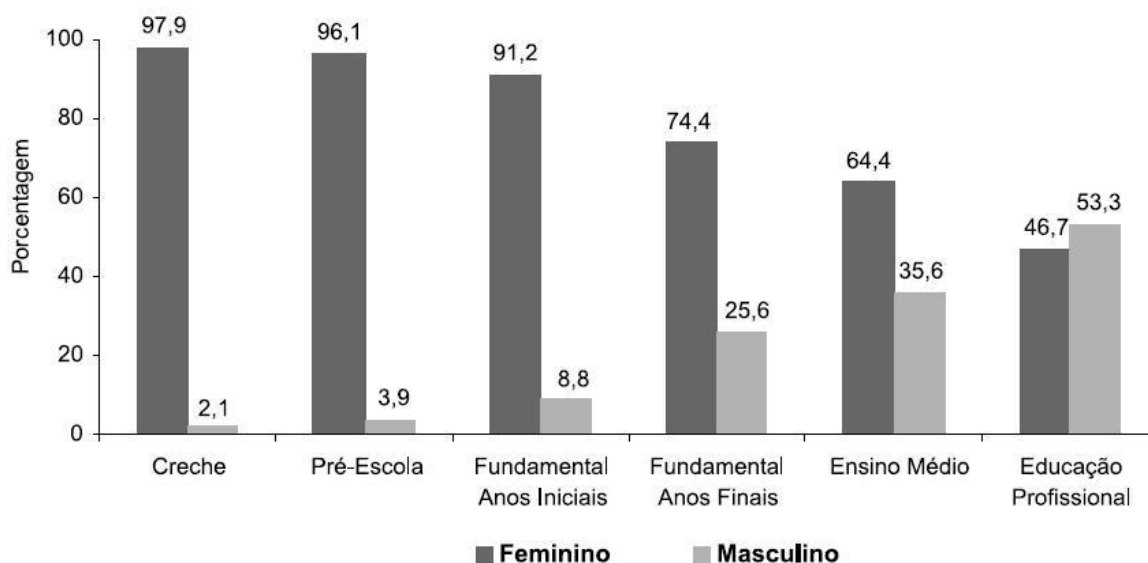


Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007

Fonte: MEC/Inep/Deed

Quanto mais nova a criança, mais inexpressiva a atuação dos homens na docência. Entretanto, na educação profissional, o número de homens supera o de mulheres, o que levaria a outra discussão.

A Educação Infantil é organizada para atender à criança na sua integralidade, promovendo o seu desenvolvimento de forma plena. Portanto, as Creches e pré-escolas, em sua maioria, funcionam em tempo integral ou com ampliação de jornada escolar. Nesse sentido, o profissional que atua nessa modalidade deve estar preparado para exercer as mais diversas atividades, tais como dar banho, pentear cabelo, fazer dormir e outras. Araújo e Hammes (2012, p.8) afirmam que talvez porque as pessoas considerem que um homem não seja capaz de dar banho, trocar fraldas, dar comida, fazer dormir, entre outras atribuições exigidas, quando se trata dos cuidados oferecidos a uma criança não acreditam que ele é apropriado para tal função.

O Censo Escolar (2011) nos traz uma somatória de 395.228 professores em todos os ciclos da Educação Básica. 19,32% correspondem a um universo de mais de 2,045 milhões de profissionais, enquanto as professoras são a maioria: mais de 1,65 milhão. Na educação infantil os dados mostram que somente 2,9%

dos docentes são homens. Ou seja, 11.897 de um montante de 408.739 docentes.

Porque os homens ainda são minoria nesse campo, eles ficam deslocados ou “fora do lugar” nas escolas. Sayão (2005, p. 16) afirma que “são evidentes os preconceitos e os estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas”. Ramos e Xavier (2010) destacam que:

Quando os professores homens iniciam suas atividades, há um estranhamento por parte dos adultos, destacado pela ausência de conhecimento mútuo. Essas pessoas não entendem porque um homem se insere em um campo eminentemente feminino. Em muitos casos é questionada a própria sexualidade (RAMOS E XAVIER, 2010, p. 07).

O que temos de destacar é que,

Não há, por parte das crianças, nenhum indício de desaprovação por ter professores do sexo masculino, pelo contrário, é relatado por elas que tem muito orgulho em tê-los por professor e muitas outras que não são da sala deles pedem para ser. O Estranhamento das crianças com eles, não se diferem do estranhamento que normalmente ocorre também com as professoras no período de adaptação (RAMOS E XAVIER, 2010, p. 08):

É possível dizer que a educação infantil é um lugar para homens e mulheres. Ela é um importante espaço de socialização, de formação humana e de descoberta do mundo. Ora, assumir esta responsabilidade de compartilhar com as crianças esta descoberta tão instigante não é pouca coisa. O trabalho nessa modalidade de educação é um desafio que nos convoca (Bujes, 2001, p. 21). Cabe a cada um de nós a opção de trabalhar ou não nesse campo.

3- SEMPRE FEMININO? A FEMINIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A docência não foi sempre exercida por mulheres, os homens foram os primeiros professores a lecionarem nas escolas primárias. Aliás, inicialmente, somente eles tinham acesso ao conhecimento escolar. Segundo Aranha (2006, p.111), na idade média as mulheres não tinham acesso à educação formal, nem como alunas, nem como docentes. A mulher pobre trabalhava duramente ao lado do marido e permanecia analfabeta. Ainda segundo a autora, as meninas nobres

só aprendiam alguma coisa quando recebiam aulas em seu próprio castelo. Elas estudavam música, religião e trabalhos manuais (Aranha, 2006).

As meninas pobres começaram a ter acesso à educação apenas quando surgiram as escolas seculares. Entretanto, segundo Aranha (2006):

Uma situação diferente dos mosteiros que desde o século VI recebiam meninas de seis e sete anos para que as mesmas fossem educadas e consagradas a Deus. Seriam educadoras consagradas a Deus. Aprendiam a ler e escrever, ocupavam-se com as artes da miniatura às vezes com a cópia e manuscritos. Algumas chegavam a se distinguir no estudo de latim, grego, filosofia e teologia (ARANHA, 2006, p.111)

No período do império, a maioria das mulheres vivia em situação de dependência e inferioridade, com pequena possibilidade de instrução (Aranha, 2006, p. 229). Por muito tempo as mulheres ficaram longe da escola, além da educação no Brasil se destinar à elite, no caso de mulheres, o ensino estava atrelado aos saberes do lar, à educação da boa esposa, o objetivo educacional era formá-las para o casamento (Aranha, 2006).

Os jesuítas foram um dos principais professores no Brasil, que vinham não somente para ensinar as letras, mas para catequizar as pessoas. A influência religiosa na educação é visível em todos os estudos sobre a história da educação. Isso nos remete ao nosso objeto de estudo, pois na época, os padres detinham o conhecimento formal, e o ensino que eles ministravam se destinava às crianças - meninos e jovens (Aranha, 2006). O mestre que inaugura a instituição escolar moderna é sempre um homem, na verdade um religioso (Louro, 1997, p.92).

Durante muito tempo, as mulheres viveram à sombra dos homens e sob as imposições masculinas, devendo respeitar todas as suas ordens e mandados. Elas deviam ser religiosas, tendo uma vida pura e com muitas restrições. Por esse motivo, idealizou-se uma mulher pura e dócil que tinha seu papel social somente voltado para o lar e a maternidade, além de tudo, submissa e respeitosa.

As vidas das mulheres resumiam-se em se preparar e esperar o casamento e depois se dedicarem ao marido e aos filhos de forma integral (Rosa, 2001, p.03). Assim, os homens iniciaram o processo de educação no país. As mulheres foram inseridas aos poucos neste processo e as formas de ensino eram diferentes das destinadas aos meninos. A educação feminina era voltada para transformá-las em esposas “perfeitas” e mães cheias de valores e princípios. Em

momento nenhum esta primeira forma de ensino esteve voltada para a emancipação feminina e para o desenvolvimento do seu intelecto (Rosa, 2001).

Segundo Aranha (2006), foi com a lei de 1827 que pela primeira vez foram determinadas as aulas regulares para as meninas, embora, segundo a autora, sua educação tinha por objetivo o melhor exercício das funções maternas que elas deveriam um dia exercer, ou seja, o ensino era voltado mais uma vez para os tributos e as funções do lar. A mulher sempre foi vista numa perspectiva maternal, aquela que organiza, gere o lar e cuidar dos filhos.

A escola foi idealizada para os homens. Segundo Louro (1997, p. 89) a escola era vista como masculina, pois era um espaço de conhecimento, historicamente produzido pelos homens. A mulher era tida como incapaz de lidar com o conhecimento, segundo Aranha (2006). No período do império, alguns conservadores afirmavam que por natureza a inteligência feminina era menor do que a dos homens e o seu saber se destinava aos afazeres domésticos.

Pode-se associar a feminização da educação a fatores econômicos, políticos e sociais (Chamon, 2006). O Brasil, até o século XIX, caracterizava-se como uma sociedade tipicamente agrária, onde a organização social era dividida em duas classes sociais básicas: senhores e escravos, nas quais as mulheres eram totalmente excluídas de qualquer ligação com a esfera pública, as decisões eram tomadas pelos homens. Na relação familiar, eles assumiam toda autoridade.

A velha mentalidade patriarcal de Portugal reproduziu-se no Brasil. Uma estrutura de poder pautada nos modelos medievais, já em decadência na Europa, submetia as mulheres das diferentes classes sociais a uma perpétua tutela masculina: do pátrio poder à proteção do marido (Chamon, 2006, p.04).

Durante o século XIX, o Brasil passou por diversos marcos econômicos, políticos e sociais. O País começou a se desenvolver e ampliou o processo de urbanização. Elos entre o campo e a cidade foram construídos. A elite começa a investir no país. Os comércios começam a surgir. Enquanto as mulheres de famílias abastadas procuravam cultura em espaços construídos e ampliados, as mulheres das camadas populares procuravam trabalhar nos comércios e ganhavam o espaço público (Chamon, 2006).

O país buscou construir uma economia própria pelas diligências realizadas em seu território e pela posição exterior que se institucionalizava naquela época, Um perfil ou uma ideologia patriarcal começa a ser instituída. Segundo Chamon (2006):

Liberais, cientificistas e positivistas debatiam suas idéias sobre diferentes necessidades sociais e políticas do País. A filosofia positivista integrava os ideais republicanos e passava a ter grande influência no Brasil. Em sua idealização do papel da família, os fervorosos representantes dos princípios doutrinários de Comte faziam coro com a ideologia vitoriana, em franca expansão na Europa, dando destaque ao papel da mulher. De acordo com esses princípios ideológicos, as mulheres, pelo seu altruísmo e pela superioridade de suas virtudes morais e espirituais deveriam responsabilizar-se pelo bem estar físico, moral e espiritual de suas famílias e de sua pátria (CHAMON, 2006, p.04)..

Uma missão civilizatória é atribuída às mulheres e fez crescer o debate sobre a educação nacional, a educação das meninas em particular - até então praticamente inexistente. As mulheres começam a ser vistas como condutoras morais da ordem social.

Em 1827, foi sancionada a primeira lei que regulamentava a criação do ensino público e gratuito no Brasil, mas não havia uma preocupação com a formação real das pessoas. Segundo Chamon (2006):

A educação não fora tratada quer como uma necessidade nacional, quer como um direito de seu povo. Era vista como uma concessão para muitos, uma forma de fornecer ilustração para poucos, ou ainda como um modelo a ser copiado, mas não como um instrumento necessário para a preparação de seu povo (CHAMON, 2006, p.06).

Os professores homens começam a se afastar da docência pela sua má remuneração e por estratificações sociais que agora viam na mulher um papel socializador, ligado à moralidade. Aranha (2006) afirma que quando se institui a educação para as mulheres somente as mulheres podiam dar aulas para as mulheres e os homens para os homens, assim, o problema que se enfrenta é encontrar professoras preparadas ou com o mínimo preparo para ensinar. Segundo dados de 1832, por falta de professor idôneo, não atraído pela remuneração pequena, o número de meninas não passava de vinte.

Em 1875 com a criação da seção feminina na Escola Normal da província, as moças puderam se profissionalizar na carreira do magistério. Com o ensino e os espaços precários, com a abertura e o fechamento de escolas, somente no final do século que a classe docente se torna predominantemente feminina (Aranha, 2006).

O afastamento do homem da docência leva à sua substituição pela mulher. Uma associação entre magistério primário e baixo prestígio profissional foi se instalando gradativamente, a ponto de ser visto como desonroso para o homem continuar atuando como profissional da escola elementar. A evasão de professores do sexo masculino do magistério primário público passou a ser fato usual (Chamon, 2006). Fica claro que:

As mulheres vão sofrendo apelos das políticas públicas para substituírem os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico e vai impregnando o imaginário social feminino com o discurso da “vocação”. Na realidade, o que muda é o gênero do magistério reforçado pelos interesses hegemônicos que reforçam os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública. O discurso oficial enfatizava que ensinar crianças era um atributo feminino, era um trabalho para virtuosos, cujas ações deveriam se pautar no amor e não nas recompensas materiais. Representantes oficiais e militantes do partido republicano afirmavam ser o magistério uma profissão para vocacionados, devendo dela se afastar aqueles que não simbolizassem o amor ao trabalho de ensinar (CHAMON, 2006, p.09).

A mulher assume o ofício da educação num contexto emaranhado de um discurso de vocação, romantizado, mas, ao mesmo tempo, limitado, ordenado. Um discurso com essência religiosa, reforçando a ideia de que a professora deveria amar o ofício, que a afetividade estava ligada a ela, que existia uma vocação para o ato, portanto elas deveriam ensinar com amor.

Segundo Louro (1997), a escola é um lugar de atravessamento de gêneros e é nesse atravessamento que surgem as reflexões sobre as construções sociais e culturais acerca das noções de masculino e feminino. Mesmo que de forma velada ou anônima, o lugar do masculino e do feminino vai sendo traçado. Ainda segundo Louro (1997):

Essas representações, embora por vezes conflitantes, tipificam professores e professoras. De um modo talvez um tanto esquemático, se poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vincula mais ao cuidado e ao apoio maternal a aprendizagem dos/das alunos/as (LOURO, p.107).

O espaço de atuação perpassa por diversas mudanças, dentre elas, constata-se que um cenário tipicamente androcêntrico se torna praticamente ginocêntrico. A mulher ocupa um espaço que até então era dominado pelo homem. Os homens passaram a desenvolver outros ofícios, enquanto as mulheres adentravam as salas de aula.

Segundo Louro (1998), existia também um interesse especial por parte das mulheres pelo trabalho na escola, pois era a oportunidade de terem a sua renda e, além de tudo, certa liberdade. A mulher assume o papel de docente das crianças pequenas também pelo imaginário de maternagem associado a tal prática.

4- O CUIDAR: AQUI ESTÁ O LIMITE?

O maior debate que se instala sobre a atuação ou não do homem na Educação infantil se pauta no cuidar. Como um homem poderá dar banho em uma criança? Será que ele sabe pentear o cabelo das crianças? Como vai trocar fraldas? Isso não é coisa de homem! Considera-se que os homens não são capazes de cuidar de crianças, nem de seus filhos que são cuidados pelas suas mulheres.

Muitos são os preconceitos relativos ao ofício da docência na Educação Infantil pelos homens. Mas, o nosso debate consiste em defender a sua atuação na Educação Infantil, considerando a sua necessidade de ter um apoio ou orientação pedagógica, assim como as mulheres.

Durante o texto mostramos como historicamente se deu a ausência do homem na educação de crianças pequenas.

Como ficou explícito no capítulo anterior, o cuidar e o educar estão intimamente relacionados, ou seja, educar é cuidar e cuidar é educar. Na educação Infantil todas as atividades, sejam elas de cuidados ou não, são educativas, pois a criança se desenvolve de maneira integral. O adulto responsável por esse processo de desenvolvimento é que deve planejar para que todas as propostas de intervenção sejam educativas.

Para falarmos sobre o cuidar, precisamos saber no que se consiste essa prática, que também é educativa. Segundo Leal (2010) cuidar é mediar, auxiliar, ajudar, construir um espaço favorável ao desenvolvimento da criança, e isso envolve ações que visem a qualidade e a promoção de sua saúde, como: higienização, alimentação, afetividade, organização dos espaços e outros. O RCN para Educação Infantil destaca ainda que:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais (1998, p.25).

Ainda segundo o RCN:

Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma (1998, p.25).

A proposta referencial para a Educação Infantil afirma que o mesmo não é somente um simples banho, não é somente dar comida ou pentear cabelos, o cuidar envolve a formação, o desenvolvimento humano. É um processo educativo que configura a educação integral das crianças, portanto, quem cuida também educa. O educador deve ser um profissional preparado para exercer tal atividade.

É fato que para a nossa sociedade um homem atuando com crianças pequenas ainda causa estranhamento, mas também é possível dizer que os homens tem conquistado gradativamente esse espaço, mesmo que ainda de forma inexpressiva.

O processo pedagógico na Educação Infantil passa por uma organização, sendo estruturado fundamentalmente por diversas teorias que permitem um olhar crítico para a prática de educar.

A Educação infantil pode ser organizada de várias maneiras, uma delas é através da rotina. Segundo Bilória e Metzner (2013) a rotina é uma categoria pedagógica usada por professores para organizar o trabalho pedagógico na instituição em que trabalham. As autoras afirmam que a rotina serve para organizar o planejamento e também uma forma de assegurar às crianças atividades diferenciadas para que seu dia não seja ocioso.

A rotina orienta o trabalho pedagógico, mas mesmo tendo o nome de rotina não se estrutura de uma maneira rígida ou inflexível. Segundo as autoras:

Podemos dizer que a rotina é uma prática com diferentes ações que ocorrem em nosso cotidiano. Ela possibilita que a criança oriente-se na relação espaço/tempo, reconhecendo seu andamento, dando sugestões e propondo mudanças. Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, calendário, chamada, roda de música, oração, momento da novidade, ajudante do dia, hora do conto, repouso, atividades lúdicas e significativas, jogos diversificados como faz-de-conta, exploração de diversos materiais, ou seja, atividades que estimulem o desenvolvimento da criança (BILÓRIA E METZNER, 2013, p.05).

A rotina é primordial na sistematização da prática do cuidar e educar. Ela envolve espaços, sujeitos e ações, sendo todos de suma importância para a integração do trabalho. Em todas as atividades que pressupõem a rotina, a participação e a estimulação do professor ou professora é fundamental, pois ele/a é o mediador/a do conhecimento. É aquele/a que possibilita à criança a ampliação do seu conhecimento, favorecendo assim o seu desenvolvimento.

A rotina envolve atividades de desenvolvimento da coordenação motora, desenvolvimento das diversas linguagens, da relação com o meio e o conhecimento do mesmo, envolve a imaginação que se enquadra no desenvolvimento cognitivo e também o cuidar que se compreende como a escovação, o banho, a higienização da criança, a alimentação que também são propostas educativas.

O homem tem plenas condições de favorecer o desenvolvimento da criança, pois, assim como a mulher, ele é um profissional da educação. Como pedagogo, ele tem a formação acadêmica necessária e está apto para desenvolver tais funções.

Para muitos, a prática do cuidar é o limite da atuação do homem, pois envolve o toque, uma relação corpórea, como o banho. Muitos se preocupam com o

número de crimes que envolvem os homens, como se somente eles cometessem crimes de pedofilia. Segundo um dado da PF (Polícia Federal)², a cada dez pedófilos, um é mulher, o que nos mostra que as mulheres não escapam a essa possibilidade. Sayão (2005) destaca que:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p.16).

Segundo Louro (1997) a escola ainda é o lugar da separação e da normatização dos corpos. Para algumas pessoas o homem se torna ameaçador quando assume o espaço do cuidar (Louro,1998).

Os binarismos estão presentes na escola: as cores das salas, as fantasias de menino e de menina, as formas de brincar e os comportamentos. Ficam estabelecidos os lugares do homem e da mulher desde a infância, o que resultará em consequências para a vida adulta. Segundo Sayão (2005):

Parece-me que há uma forte tendência, de certa forma problematizada na produção da área acerca das práticas cotidianas em creches, a conceber cuidado e educação como transposição de saberes do feminino, em parte adquiridos pelas mulheres na sua socialização primária, assim como nas experiências provenientes do universo doméstico (SAYÃO, 2005, p.123).

Há uma forma de preparação da menina, desde a infância, para o cuidar de crianças, enquanto o homem é preparado para outras tarefas que caminham em direção oposta a esta. Podemos destacar que o cuidar não envolve somente a higienização, mas o carinho e a afetividade. Os afetos presentes na educação infantil também são considerados como algo feminino, podemos destacar que:

Uma atitude aparentemente comum de demonstração da afetividade, como a troca de beijos e abraços entre as crianças e das crianças com os adultos, transforma-se num tema quando há homens atuando em creches. Parece mesmo que a troca de afetos fica restrita às crianças e às mulheres (SAYÃO, 2005, p.141).

² <http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulheres-pedofilas-entenda-porque-elas-sao-pouco-denunciadas-06072015>

Segundo Louro (1998):

Com a crescente força da Psicologia na elaboração de teorias pedagógicas e didáticas, a ênfase na função apoiadora e na criação de um bom ambiente para a aprendizagem (um ambiente de trocas afetivas e de valorização dos interesses das crianças/alunos e alunas) apontou de modo mais claro para a adequação das mulheres ao magistério, em especial o magistério infantil (LOURO, 1998, p.107).

Para Sayão (2005) o homem não pode abraçar ou expressar afetividade junto à criança por que as pessoas acreditam que essa é uma atitude feminina. Entretanto, essa é uma ação preconceituosa, discriminatória e seletiva, que ocorre pelo medo que as pessoas têm do que se refere à pedofilia, muito exacerbada na mídia. Segundo a autora, há uma interferência no que diz respeito à natureza e a qualidade das interações adulto/criança entre educadores infantis, profissionais e as crianças com quem eles trabalham. Para ela, os homens até sabem da importância do afeto e do calor humano para as crianças, mas se sentem impedidos socialmente de manifestá-los.

De acordo com Louro (1998), existe uma representação de professor, ou seja, categorias de professores, que enquadram as atitudes, ações, modos e traços que fazem identifica-los nos grupos. Desta forma, as mulheres professoras devem apresentar características que as reconhecem como professoras: solteiras ou “tias”, gentis e boas normalistas, categorias instituídas dentro de relações de poder. Há uma produção das representações e a mulher se tornou a representação do cuidar, de forma arbitrária.

De acordo com Foucault (1988, p. 30, apud Louro, 1998, p. 106) desde o século XVIII existe uma vigilância a respeito da sexualidade daqueles que trabalham nas instituições escolares. As mulheres se tornam mais aptas ao cargo de professoras por uma questão de sexualidade, devendo demonstrar, pelos trajes e comportamentos, na medida do possível, modos assexuados. Ainda (p.107), a maioria das professoras que trabalhavam nas escolas eram solteiras e como exerciam um papel afetuoso e respeitoso poderiam ser professoras sem receios. Havia um pensamento de que as mesmas eram desprovidas de sexualidade. Louro (1998) afirma:

Essas representações, embora por vezes conflitantes, tipificavam professores e professoras. De um modo talvez um tanto esquemático, se

poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vincula mais ao cuidado e ao apoio maternal à aprendizagem dos/as alunos/as (LOURO, 1998, p.107).

As representações de homem inclui aquele que manda, que é autoritário, e não aquele que cuida, ou seja, não passa pela pessoa amorosa. O homem é visto como agressor e não como cuidador.

A partir das considerações acima, defendemos a hipótese de que o cuidar não é o limite para a atuação masculina na prática docente infantil, mas o começo. Mas, para que isso se dê, é necessário desconstruir estereótipos acerca dos papéis sociais de homem e de mulher, abrindo espaços para que homens e mulheres possam escolher as suas práticas profissionais orientados pelo próprio desejo.

5- DOCENTE MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE GOVERNADOR VALADARES: DADOS E REFLEXÕES

A cidade de Governador Valadares está localizada na região do Vale do Rio Doce. Cidade mineira com aproximadamente 278.363 habitantes de acordo com o IBGE (2015)³. A cidade é banhada pelo Rio doce e se destaca pelo comércio.

A cidade possui um polo de Educação a distância: UAB (Universidade Aberta do Brasil). De acordo com a Capes⁴ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que ofertam cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, a

³ Informação contida em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312770> – Acesso em 25/01/16.

⁴Encontra-se tal informação em: <http://uab.capes.gov.br/index.php/component/content/article?id=6&Ite=> Acesso em 25/01/16.

partir das tecnologias da educação à distância. A universidade é aberta a todos, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, assim como os dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica.

A partir das informações contidas no Portal do MEC podemos afirmar que o Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. A UAB é uma das propostas que visam o acesso à educação superior de qualidade.

A partir dessa ampliação do ensino superior e do acesso a vagas em cursos de graduação e pós-graduação, surgiu a proposta desse trabalho. Constituiu-se uma produção acadêmica solicitada pelo Curso de Gênero e Diversidade na escola, ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Universidade aberta do Brasil.

O curso foi ofertado em modalidade semipresencial, discutindo as relações de gênero e educação, bem como os preconceitos que se estabelecem em nossa sociedade, criticando processos hegemônicos estabelecidos por binarismos de gênero, além de propiciar base teórica e prática para atuarmos nas realidades produzidas na escola. A pós-graduação em Gênero e Diversidade na escola possibilitou aos professores cursistas um olhar crítico sobre as relações de gênero e a diversidade na escola. Pôde ser percebido que muitas das desigualdades são reproduzidas na/pela escola.

A partir da temática do curso, surgiram inquietações a respeito da discussão que propõe esse trabalho: a atuação do homem na educação de crianças pequenas, uma realidade ainda permeada por muitos preconceitos.

A cidade abriga um projeto inovador: a Escola em Tempo Integral. Essa proposta visa garantir uma educação de qualidade, integral, aumentando o

acesso à educação a partir de uma ampliação da jornada escolar, promovendo diversas atividades além do que se organiza a base curricular comum.

A escola em Tempo Integral em Governador Valadares possui uma proposta curricular que propõe eixos temáticos que em suma objetivam o protagonismo, a identidade, as interações sociais, questões ecológicas, além do conhecimento da história da cidade bem como das comunidades que a compõe.

As crianças e adolescentes permanecem na escola por um período de oito horas diárias, permeadas ou constituídas por diversas atividades.

A educação infantil também se organiza em oito horas diárias. A prefeitura do município oferta Creche – educação da primeira infância, crianças de 0 a 03 anos – e a pré-escola – Educação de crianças de 04 e 05 anos.

De acordo com o IBGE (2012), a cidade teve um número de 6.039 matrículas na pré-escola no ano de 2012, número que possivelmente deve ter sido aumentado já que é obrigatório, no estado de Minas Gerais que todas as crianças de 04 e 05 anos estejam matriculadas em alguma escola.⁵ O Município conta com 84 escolas/instituições de Educação infantil que ofertam pré-escola (IBGE, 2012). Quanto ao trabalho docente na Educação infantil, podemos detectar a partir do IBGE (2012) ⁶e informações da SMED (Secretaria Municipal de educação de Governador Valadares) um número de 600 profissionais atuando como educadores de crianças pequenas. Esse número se conclui num montante de 596 professoras (mulheres) e apenas 05 professores (homens).

Esses 05 professores tem uma idade entre 23 a 33 anos e trabalham como regentes de turma nas idades de 1, 2 e 3 anos, num total de 600 turmas. Vê-se que num total de 600 professores, apenas 05 são homens. A atuação masculina nessa modalidade no Município de Governador Valadares também resulta em uma novidade.

⁵ Encontra-se em <http://portal.mec.gov.br/>

⁶ Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Quanto a Gestão, somente dois homens atuam como pedagogos, nomenclatura de atuação daquele que supervisiona e coordena os trabalhos pedagógicos, além de atender famílias e crianças quanto a questões de comportamento ou cuidados familiares.

O número que se apresenta acima não se difere dos números gerais de atuação do homem nessa modalidade de educação no Brasil. O que podemos perceber é que o homem ainda ocupa poucas vagas num leque grande de possibilidades de atuação nesse ofício. Muitos podem ser os motivos que efetivam esse pequeno número: a visão da mulher como a que materna, que cuida, que educa, como paciente e vocacionada, e o homem autoritário, desajeitado, próprio para outros trabalhos (Louro, 1997).

O que podemos refletir é que a educação infantil ainda perpetua a ideia, em sua maioria, de que é um campo de docentes femininas. As mulheres assumiram o espaço e alguns homens buscam um lugar nesse local. O que deve ser pensado é o processo hegemônico que se estabelece nesse espaço. Quem disse que a educação só pode ser feita por mulheres? O homem não pode assumir essa função somente pelo fato de ser homem? O que impede a docência masculina nessa modalidade? Como os homens podem contribuir para o desenvolvimento de crianças pequenas? O homem por natureza não serve para educar e cuidar? Todos esses questionamentos nos fazem perceber como a sociedade se organiza de uma maneira arbitrária e que os binarismos são estabelecidos no interior das escolas, o espaço que devia pensar a sociedade frente a sua realidade reproduz as desigualdades sociais, sejam elas de gênero, raça, etnia...

O mais preocupante é que o que se estabelece nesse campo se aplica a vários outros, se o homem não pode ser professor de crianças pequenas, da mesma forma a mulher não pode ocupar cargos, até então, estabelecidos para o homem, e quando ocupam, recebem menores salários mesmo exercendo a mesma função.

O processo repressor e divisor se revela em todos os lugares, em diversas instâncias, alimentado por diversas pessoas. De acordo com Mattos (2015) as

sociedades ocidentais modernas são estruturalmente sexistas e, desta forma, naturalizam as desigualdades de oportunidades, de acesso a direitos e a valorização econômica (que se traduzem em salários recebidos) de homens e mulheres.

O que não devemos esquecer é que a construção de gênero se dá em contextos específicos, que articulam diferentes marcadores e são atravessados por relações de poder e, a partir desse entendimento, atuar na desconstrução de privilégios e opressões é nossa tarefa, mesmo que essa desconstrução simbólica não seja tão fácil (Mattos, 2015).

O tema abordado nos faz refletir sobre as relações de gênero, o papel que o homem e a mulher ocupam na sociedade e como são vistos de maneira geral no grupo que pertencem.

Portanto, ao abordar a atuação docente do homem estamos aprofundando na discussão mais ampliada sobre a questão de gênero, em toda a envoltura que se estabelece em torno dele. Esse é um ponto de partida para pensarmos os processos repressivos que se desencadeiam na escola. A escola não é tão difícil de mudar, mas sim as pessoas que constroem a escola, que articulam saberes e conhecimentos, que formam sujeitos e que podem ou não formá-los para serem agentes políticos, ativos, participativos e críticos.

6- CONCLUSÕES

Esse debate não termina e nem começa por aqui. Sabemos que os preconceitos, a classificação e a divisão social arbitrária de papéis evidenciam os efeitos da inserção simbólica na cultura.

A criticidade deve fazer parte da vida de todas as pessoas, existem fenômenos novos acontecendo ao nosso redor e ainda nos colocamos como alheios ou não queremos vê-los, não queremos denunciar ou não queremos falar sobre eles. Acreditamos que com esse trabalho teórico, associado a outros que já vinham sendo produzidos anteriormente, poderemos levantar questões e tirar do

anonimato os processos discriminatórios que os homens passam quando vão exercer tal função educativa.

O homem está gradativamente inserindo-se nesse espaço até então considerado feminino, mas acreditamos que esse movimento pode crescer à medida que outros assumem enfrentar o desafio do preconceito.

Há um discurso de igualdade que esconde uma condição de desigualdade. Quando um homem não pode atuar como professor em qualquer etapa da educação, ele está passando por um processo de exclusão.

A frase “somos todos iguais” esteve em alta nas propagandas e anúncios midiáticos, entretanto, os próprios anúncios denunciam uma igualdade inconsistente. Uma igualdade que se faz desigual.

A persistência em dizer que somos iguais é uma das formas de ludibriar ou maquiagem as desigualdades. De fato somos iguais: somos seres humanos. Para falar de diferenças temos que falar de relações, de sujeitos, de espaços sociais. Temos que considerar as relações simbólicas e de poder que se desencadeiam na escola. Ela não está isolada da sociedade, mas reproduz muito de suas produções. Os sujeitos são os educandos, os educadores, a família, a comunidade, o sistema...

A escola está imersa na sociedade e recebe influência da mesma. Uma nova visão a respeito da igualdade de direitos e da liberdade de escolha precisa ser construída, pois, atualmente vivemos uma liberdade tutelada, ou seja, ninguém é totalmente livre para ser, querer ou pensar. A escola foi e ainda é forjada numa democracia que regula e que propõe uma liberdade sem vistas à diferença, pois a igualdade que ela propõe não traz à tona as diferenças. A igualdade não deve partir do princípio de igual, mas, sim do diferente e esse que é apresentado como diferente detém os mesmos direitos dos demais. A escola propõe que devemos dar aos nossos alunos/crianças a capacidade crítica de pensar, mas quando a organização da mesma é questionada o aluno/criança é reprimido ou até rotulado. Deve-se pensar que a escola é um espaço de liberdade e que o pensamento é livre para operar e construir conhecimentos.

Essa força exercida pelas relações de poder numa sociedade minimiza a liberdade e fortalece uma visão de igualdade em fôrma, homogeneizando e ao mesmo tempo criando grupos (homens e mulheres e outros). O fato é que essas ações são tidas como determinantes e o que se "desvirtua" do processo é tido como "o" diferente, sendo que na perspectiva de cultura que aprendemos na escola "todos" somos diferentes. O debate da igualdade ou da diferença deve ser pauta das escolas. Falar da atuação de homens na educação Infantil é falar de igualdade e diferença. É discutir relações de Gênero e nessa relação se amplia a diferença.

Portanto, queremos suscitar questões para instigar um pensamento crítico e reflexivo que dê lugar a novos conhecimentos, evidenciando assim, a sabedoria.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo, Moderna. 2006.

ARAÚJO, Messias Pereira. HAMMES, Caren Cristiane. **A androfobia na Educação Infantil**. Interfaces da Educação, Paranaíba, v.3, n.7, p. 05 – 20, 2012.

CARDOSO, Frederico Assis. **Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças**. GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23. UFMG: Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Vozes masculinas numa profissão feminina**. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

CHAMON, Magda. **Trajetória da Feminização do magistério e a (con) formação das identidades profissionais**. VI Seminário da Redestrado (Regulação Educacional e Trabalho Docente), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Novembro de 2006.

CRAIDY, Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LEAL, Franciele Clair Moreira. **A Educação Infantil e o Educar/Cuidar**. Revista P@rtes ISS 16788419. 2010.

RAMOS, Joaquim. XAVIER, Maria do Carmo. **A presença de educadores do sexo masculino na educação e cuidado de crianças pequenas.** Revista fazendo Gênero: diásporas, diversidades e deslocamentos,. 2010.

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil / Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF. 1998.

ROSA, Renata Vidica Marques de. **Feminização do Magistério: representações e espaço docente.** Revista Pandora Brasil, Edição especial Nº 4 - "Cultura e materialidade escolar" – 2011.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de Gênero e trabalho docente na educação Infantil: um estudo de professores em creche.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009 - ISSN: 1676-2584

PIZZAETTA, Tamara. **O masculino na docência da Educação Infantil e Anos Iniciais.** Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e educação. ULBRA. Canoas/RS. Junho, 2015.

MOYLES, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil: enfrentando o desafio.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MATTOS, Amana. **Gênero, práticas Institucionais e hierarquias.** Disciplina III: Gênero e Diversidade na Escola. UFMG, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2009.